

**MODERNIZAÇÃO  
AGRÍCOLA E O ÊXODO  
RURAL ENTRE 1960 E  
2010 NO ESTADO DE  
GOIÁS**

**Ademir Rodrigues Silva Júnior**<sup>1</sup>

**Najla Kauara Alves do Vale**<sup>2</sup>

**Alcido Elenor Wander**<sup>3</sup>

**Resumo:** A presente pesquisa descreve a modernização agrícola, o Êxodo rural em Goiás, e uma série histórica de migração dos anos 1960 até 2010 no estado. As análises envolvem o decréscimo populacional do campo em suas mesorregiões, bem como as causas e consequências de tal fato. De acordo com o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), o número total de migração rural, no período citado, foi 6.572.234 pessoas em Goiás. Essa frente migratória foi impulsionada pela modernização da agricultura que culminou na superpopulação dos centros urbanos. A disparidade de incentivos, entre as mesorregiões do estado, evidenciado pelas fontes de financiamento, custeio na implantação de agroindústrias e construção de Brasília são cruciais para o entendimento da redução populacional rural Goiana.

**Palavras-chave:** êxodo rural; população rural; modernização agrícola.

**Abstract:** This research describes the agricultural modernization, the rural exodus in Goias, and a historical series of migration of the 1960s to 2010 the State. The analyzes involve the population decline of the field in their mesoregions as well as the causes and consequences of this fact. According to IBGE (Brazilian Institute of Geography and Statistics), the total number of rural migration, in que period was 6,572,234 million people in Goias. The migratory front was driven by the modernization of agriculture. Which led to the overpopulation of urban centers. The disparity of incentives between the mesoregions the state, evidenced by the sources of funding, funding the implementation of agro - industries and the construction of Brasilia are crucial to understanding the rural population reduction Goiás.

**Keywords:** rural exodus; rural population; agricultural modernization.

## **INTRODUÇÃO**

A ocupação populacional em Goiás foi lenta e diversificada. Sua intensificação ocorreu com a descoberta do ouro a partir do século XVII. Com a formação da segunda expedição para desbravar as jazidas de ouro do estado, formaram-se alguns núcleos populacionais em torno das lavras auríferas, os quais se tornaram aglomerados urbanos. Antes do descobrimento do ouro em Goiás, inexistia modalidade produtiva no território que não fosse a dos silvícolas nativos. As

<sup>1</sup> Mestrando em Agronegócio – UFG. E-mail: arsjquimico@hotmail.com

<sup>2</sup> Mestranda em Agronegócio – UFG. Docente no Instituto Federal Goiano – Câmpus Iporá. E-mail: najla.vale@ifgoiano.edu.br

<sup>3</sup> Engenheiro Agrônomo, Dr. Economia Rural, Pesquisador de Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. Docente do Programa de Pós-Graduação em Agronegócio-UFG; E-mail: alcido.wander@embrapa.br

pastagens extensivas surgiram juntamente com as primeiras minerações. O grande distanciamento, e a decorrente dificuldade de abastecimento, fizeram com que lavoura e pecuária coexistissem com a extração metálica, que, por sua vez, servia como amenizadora das crises.

Com o declínio da mineração, os moradores foram abandonando os núcleos urbanos em direção ao campo e ruralizaram a vida social na maior parte do território (PÁDUA, 2008). A lavoura e pecuária forneciam a possibilidade de ter um rendimento, e por esse motivo, o aumento da população em Goiás provém da exploração agropecuária. A tendência da população foi dirigir-se para as lavouras e produção agropastoril sustentada pela qualidade das terras goianas. Esses fatores condicionaram o aumento do número de estabelecimentos rurais.

Goiás, no século XIX, tem como base de organização sócio-produtiva, as propriedades rurais, ou seja, as fazendas (FERREIRA & MENDES, 2009). A apropriação do espaço goiano foi realizada por uma ocupação sem maiores ordenações ou formalidades. A interiorização do povoamento se deu na posse de terras, o que possibilitou para alguns a ocupação de grandes áreas.

A Lei de Terras esbarrou na realidade socioeconômica de Goiás. Sua valorização impulsionava o interesse pela regularização da propriedade fundiária. Por outro lado, esse processo era caro, e a situação irregular possibilitava a incorporação de novas terras, modificando a estrutura agrária de forma concentrada com poucas famílias assegurando o controle das terras (MAIA, 2011).

A ocupação das zonas rurais no interior de Goiás se deu pelo fato dos despossuidores adentrarem no sertão na busca de estabelecer sua posse ou agregar-se a uma propriedade. O acréscimo nos valores das terras incitou a incorporação de regiões de fronteira, pela especulação de lucros com a valorização fundiária. O Estado de Goiás era essencialmente agrário, com população quase totalmente rural, e dedicada à agropecuária.

Anos depois, a passagem dos anos 1930 representou um marco no desenvolvimento econômico brasileiro, ocasionando o deslocamento do centro dinâmico da economia e das atividades primárias para a indústria. Tal fato eliminou as barreiras do comércio interno propiciando a integração do mercado nacional (ESTEVAM, 1997). Com a política de integração do governo Vargas, o território Goiano é inserido em um projeto que busca articular as regiões produtivas do Estado de Goiás com as Regiões Sudeste e Sul. A apropriação do território goiano sucedeu de maneira planejada com funções políticas e econômicas bem definidas (OLIVEIRA et al, 2009). As Regiões Sul e Sudeste tiveram um grande aumento em sua produção e ampliaram a comercialização com outros estados, que em virtude do crescimento econômico buscou ampliar participação no processo político e de integração com estados periféricos (ESTEVAM, 1997).

A integração do Estado de Goiás com as Regiões Sul e Sudeste dinamizou as vias de comunicação e introduziu meios de transportes mais eficientes como a estrada de ferro. Estabeleceu-se, portanto, maior agilidade nas comunicações e na capacidade de transporte (OLIVEIRA, 2008).

A grande corrente migratória emergiu na década de 1940, quando o governo criou projetos que promoveram o assentamento de colonos na região do planalto central brasileiro em uma parceria de governos federal e estadual. A Colônia Agrícola Nacional de Goiás (CANG) foi a primeira

de uma série de oito colônias criadas pelo governo federal. A CANG foi inserida em um terreno fértil, ao norte de Goiânia, em uma área ainda inexplorada (ESTEVAM, 1997).

Nas décadas de 1940 e 1950, a imigração para Goiás, avolumou-se substancialmente, e a implantação da GANG foi responsável pelo assentamento de significativa parte dos imigrantes, além de fazer nascerem as cidades de Ceres e Rialma no vale do rio São Patrício. Em Ceres, na década de 1950, a população chegou a 29.522 habitantes, impulsionados pela promessa de terra gratuita garantida pelo governo federal. A cidade obteve um acréscimo populacional relativo superior ao do próprio Estado de Goiás (ESTEVAM, 1997). A maioria dos imigrantes em Ceres eram mineiros, nortistas e as próprias pessoas que residiam no interior de Goiás. As principais culturas desenvolvidas na região foram o arroz, milho e feijão, que fizeram a cidade se tornar fornecedor de alimentos no centro-sul de Goiás (ESTEVAM, 1997).

Até meados de 1950, a CANG foi responsável por 38,0% do arroz produzido em Goiás, atraindo algumas empresas transformadoras de alimentos para sua área de abrangência. Todavia, a partir de então, a colônia enfrentou sérios problemas de desarticulação, e o capital mercantil forçou os colonos, destituídos de recursos, a se subordinarem aos fornecedores de créditos e comerciantes, principalmente de Anápolis, comprometendo o rendimento da colheita (ESTEVAM, 1997).

A implantação da CANG foi bem sucedida, mesmo que temporariamente, permitindo ao governo federal a criação de uma rodovia de acesso ao médio-norte goiano. Essa estrada permitiu a ligação de zonas pioneiras com os principais centros urbanos de Goiás (ESTEVAM, 1997).

Os projetos colonizadores e a marcha de interiorização foram responsáveis por modificações na área centro-sul do estado, ocasionando alterações na composição populacional da região. Nas décadas de 1940 e 1950, o estado tornou-se foco da migração do processo de marcha para o oeste. A implantação de indústrias, abertura de estradas, projetos de colonização e o desenvolvimento regional são alguns dos fatores que influenciam a distribuição populacional em Goiás (OLIVEIRA et al., 2009). A implantação da ferrovia colaborou para um novo ordenamento econômico, político e social em Goiás, representando uma nova divisão inter-regional do trabalho e incorporando a economia goiana no corpo capitalista. A modernização e o desenvolvimento do estado eclodiram durante o governo de Pedro Ludovico Teixeira, atenuando a partir da década de 60 com a implantação das estatais do governo Mauro Borges. (QUEIROZ, 2010).

A expansão da fronteira agrícola no Centro-Oeste teve início da década de 40 com a "Marcha para o Oeste", e seu principal objetivo era atender a demanda de produtos primários da região sudeste. Goiás foi incorporado ao processo produtivo nacional como fornecedor de gêneros alimentícios e matérias-primas. Essa foi considerada uma frente pioneira em que o estado teve importante papel ao acelerar o seu deslocamento sobre os territórios novos, já ocupados pela frente de expansão (BEZERRA & CLEPS JÚNIOR, 2004). O crescimento agrícola em Goiás foi direcionado pelas políticas governamentais que tinham como objetivo obter uma maior participação nas exportações a partir do aumento da produção de commodities. A infraestrutura indispensável aos novos investimentos foi estimulada com os projetos de integração nacional ocorridos na década de 50 com a construção de Brasília e de rodovias que direcionavam a mobilidade do capital e do trabalho no território brasileiro (MENDONÇA & TOMAZ JÚNIOR).

A partir da década de 1960, surge uma nova forma de ocupação do solo, resultantes das formas modernas implantadas na agricultura e pecuária. O processo de modernização da agricultura fomentou com a inserção de novas tecnologias, desenvolvimento em pesquisa e na construção de infraestrutura como forma de viabilizar os interesses do capital privado nacional (SILVA & MENDES, 2012). O progresso tecnológico inserido no campo representou a dominação do capital sobre o trabalho. Avaliando esse contexto, o progresso no meio rural deveria melhorar as condições de vida do sertanejo. Essa forma de abordar o sertão expressa o controle do capital sobre os trabalhadores.

O Estado de Goiás tornou-se celeiro agrícola a partir das melhores condições de infraestrutura e da ocupação indiscriminada do uso de suas terras. Tal fato reforçou o poderio das elites do poder político e econômico do período. A partir dos anos 1970, a concretização das inovações tecnológicas no estado, aliado com as políticas governamentais, provoca o êxodo de milhares de trabalhadores do campo que foram obrigados a se deslocarem para os centros urbanos. Gonçalves Neto (1997, p. 78), ressalta que:

A década de 70 assistirá a uma profunda mudança no conteúdo do debate. Impulsionada por uma política de créditos facilitados, que se inicia na segunda metade dos anos 60, pelo desenvolvimento urbano-industrial daquele momento, que se convencionou chamar de “milagre brasileiro”, a agricultura brasileira não apenas respondeu às demandas da economia, como foi profundamente alterada em sua base produtiva. O maciço crescimento do uso da tecnologia mecânica, de defensivos e adubos, a presença da assistência técnica, o monumental êxodo rural, permite dizer que o Brasil mudou e o campo também.

A consolidação da industrialização da agricultura ocorre a partir dos Complexos Agroindustriais (CAIs). Nesse processo, as atividades agropecuárias tornaram-se subordinadas à indústria. Essa modernização proporcionou uma diminuição significativa de oferta de trabalho no campo, promovendo a migração forçada de milhares de famílias do campo para os grandes centros urbanos. Graziano da Silva (1998) ressalta que a modernização da agricultura brasileira foi concentrada e excludente, sendo essas particularidades arraigadas pelos atos executados pelo governo. Amstalden (1991, p. 07) analisa a modernização da agricultura como:

...o processo de utilização de técnicas avançadas como adubação química, controle de pragas por meios químicos, mecanização e desenvolvimento de novas espécies vegetais e animais etc., mas entendemos também o aprofundamento das relações capitalistas no campo. Essas relações capitalistas se dão pelo uso de trabalho assalariado, produção para um mercado (e não para autoconsumo) e constituição de verdadeiras empresas rurais, que nada têm a ver com antigas propriedades rurais familiares.

O uso de máquinas e implementos é sinalizado como uma mudança para o novo padrão agrícola. Essa agricultura que se moderniza foi evidenciada pela internalização da indústria de equipamentos, pelos incentivos dos mercados e pela criação de créditos e subsídios. (ABRAMOVAY, 1992).

Diante das considerações evidenciadas, esse artigo fará uma descrição do volume de êxodo rural nas mesorregiões do Estado de Goiás e as decorrências que permearam esse processo.

## **METODOLOGIA**

As análises foram baseadas em uma pesquisa bibliográfica sobre o histórico de Êxodo rural em Goiás e nos aspectos dessa problemática. Lima e Miotto (2007) definem pesquisa bibliográfica como procedimento metodológico que consiste em um resgate histórico e qualitativo de informações na busca de contextualizar o assunto tratado. Segundo Fortin (2003), a metodologia é “o conjunto de métodos e das técnicas que guiam a elaboração do processo de investigação científica”. Para garantir rigor científico, a presente pesquisa assegurou seu desenvolvimento em um determinado número de etapas e regras. Foram utilizados dados secundários do êxodo rural, entre os períodos de 1960 a 2010, fornecidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Os dados foram tabulados através do software Microsoft Excel para a representação gráfica da série histórica, cálculo de média e desvio padrão. Assim, foi realizada uma análise descritiva buscando observar o comportamento do Êxodo rural ao longo do período delimitado em Goiás, nas suas mesorregiões, bem como as causas e conseqüências.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Na década de 70, observa-se que houve uma apropriação acelerada da terra, modernização técnica do campo, concentração das propriedades, recursos financeiros e modificação das relações sociais de produção, como alterações nas relações de trabalho. Essas reduções da estrutura fundiária levaram a uma diminuição da necessidade de mão-de-obra no campo, e conseqüentemente, a uma mobilidade ocupacional e espacial da força de trabalho. Esses anos ficaram marcados pela absorção de excedentes populacionais de outras regiões pela agricultura regional e fluxo de trabalhadores agrícolas em direção às cidades. A grande questão no que diz respeito às migrações era o êxodo rural que relaciona a modernização agrícola com estrutura fundiária (Amaral et al, 2004). Observando tal fato, Caio Prado Júnior (1979, p. 20) afirma:

A parcela da humanidade que vive em função da agropecuária brasileira, nada tem de homogênea, e muito pelo contrário, se encontra profundamente diferenciada e classificada em setores largamente apartados, que são de um lado, uma pequena minoria de grandes proprietários que não atingem 10% da população rural (incluindo famílias, empregados), e do outro lado, a grande maioria dessa população que vive em péssimas condições.

No processo de modernização, priorizaram-se determinadas culturas, e o crédito rural foi tendencioso para grandes produtores. Esse destaque é crucial para entender a grande migração de pequenos produtores do campo. Delgado (1985) relata que o processo de modernização da agricultura intensifica a disparidade entre as regiões e exclui grupos sociais, ou seja, não contribui para diminuir a distância entre o grande e o pequeno produtor.

Em um panorama geral, a população goiana, até a década de 70, era predominantemente rural. O esvaziamento das áreas rurais, como já foi afirmado, ocorreu em função da adoção de formas capitalistas de produção na agricultura, da valorização das terras, e da apropriação fundiária. Gonçalves Neto (1997, p. 109), afirma que

É interessante notar que as transformações que ocorrem no agro, a partir da segunda metade dos anos 60, fortemente pressionada pela expansão do capital industrial, promovem uma reviravolta das violentas transferências de populações para o setor urbano, que é promovido por amplo conjunto de fatores, tais como mecanização, a substituição de culturas intensiva em mão-de-obra pela pecuária, o fechamento da fronteira, a aplicação da legislação trabalhista no campo, ou simplesmente pelo uso da violência, etc., ocorre também uma reformulação na mão-de-obra restante no interior das propriedades, com eliminação dos parceiros, agregados, etc., pela disseminação do trabalho assalariado, sobretudo nas grandes propriedades, que se modernizam e se transformam em empresas. Restou às pequenas propriedades a possibilidade da subordinação ao capital industrial, a marginalização, o esfacelamento ou a venda e migração para os centros urbanos.

A mudança nas relações de trabalho ocasionou diferenciação social no campo, e isso se consolidou nos anos 1970 e 1980 em Goiás. Os meeiros e posseiros foram transformados em diaristas, nos grandes empreendimentos de terras do cerrado, provocando uma drástica mudança na condição de acesso à terra e de assalariamento. Em outras palavras, houve estruturação da fazenda em organização de classes, rompendo as tradicionais relações de parcerias. (ESTEVAM, 1997). Com a ploretarização, algumas categorias sociais, como agregados e meeiros, tenderam ao desaparecimento, outras se adequaram como os vaqueiros, e foi possível perceber o surgimento de tratoristas, diaristas e boias frias, por exemplo. Esse processo demonstra que as inovações técnicas e o emprego de capital intensivo mudaram as relações de trabalho em Goiás, com a troca da mão-de-obra por volantes, pequenos produtores e empregados semiqualeificados. (ESTEVAM, 1997)

No aprofundamento da diferenciação de classes, os novos moldes de acesso à terra, a deterioração de laços tradicionais de convivência e a proeminência de relações monetárias fizeram surgir uma nova organização socioeconômica regional. As empresas agrícolas e agroindústrias representaram as produções avançadas e capitalistas, e os pequenos produtores tiveram que se adaptar em suas novas e limitadas possibilidades. Conforme ESTEVAM (p.116) o êxodo rural em Goiás foi muito intenso nessa época.

e uma redistribuição urbano/rural ocorreu, principalmente, em função da adoção de formas capitalistas de produção na agricultura, da valorização das terras, da apropriação fundiária especulativa e ainda tendo em vista a legislação que instituiu direitos trabalhistas para os antigos colonos, levando fazendeiros a preferir “expulsá-los” — por falta de condições econômicas — do que obedecer às normas legais.

Em outros termos, o crescimento demográfico em Goiás caracterizou-se por um processo de intensa urbanização e ostentou acelerada redução do contingente rural. Os maiores adensamentos estiveram no Centro-Sul do estado em função, principalmente, das influências de

Goiânia-Anápolis, no entorno do Distrito Federal e, em menor monta, na zona do Sudoeste goiano (ESTEVAM, 1997).

Durante o século XIX, o território goiano esteve ligado ao Sudeste brasileiro por uma relação de subordinação econômica baseada na agricultura de subsistência, e na pecuária tradicional. A construção da estrada de ferro contribuiu com o processo de industrialização. A ferrovia, através da Viação Férrea Centro-Oeste, foi o primeiro meio de transporte e comunicação modernos (ESTEVAM, 1997).

A ferrovia fez surgir cidades goianas como Cumari, Anhanguera, Urutaí, Goiandira, Pires do Rio, Vianópolis, Senador Canedo, e reativou outras cidades como Ipameri, Catalão, Silvânia, Orizona, Leopoldo de Bulhões, além de destacar o papel da cidade de Anápolis como centro polarizador de todo o sul-sudeste de Goiás (QUEIROZ, 2010).

Evidentemente, essa explosão urbana exigiu diversificação das atividades econômicas para acomodação e sustento dos fluxos migratórios. O grau de urbanização refletiu na composição de renda interna do Estado de Goiás, com participação indústria, e setor de serviços que se sustentou em virtude da acelerada urbanização regional. Outro fator que explicita isso é a estrutura de ocupação e emprego da população conforme Tabela 1:

**Tabela 1: População economicamente ativa em Goiás**

População economicamente ativa	Agricultura	Indústria	Serviços
1970	60%	8,9%	11,5%
1980	39,2%	16,5%	18,6%

Fonte: ESTEVAM, 1997.

Houve alteração gradativa em função do setor agrícola em favor do setor industrial e de serviços. Os programas, Fomentar nos anos 1980 e 90, e o Produzir, de 2000, possibilitando novos investimentos, e os recursos do Fundo Constitucional do Centro-Oeste (FCO), financiando projetos, fizeram cidades se transformarem em polos econômicos, como Catalão, Itumbiara, Anápolis, Aparecida de Goiânia, Rio Verde e Jataí.

Diante disso, cabe ressaltar, Goiás e suas cinco mesorregiões (Noroeste Goiano, Norte Goiano, Leste Goiano, Centro Goiano e Sul Goiano) que são um conjunto de microrregiões, contíguas e contidas na mesma unidade da federação, sendo elas: São Miguel do Araguaia, Rio Vermelho, Aragarças, Porangatu, Chapada dos Veadeiros, Ceres, Anápolis, Iporá, Anicuns, Goiânia, Vão do Paranã, Entorno de Brasília, Sudoeste de Goiás, Vale do Rio dos Bois, Meia ponte, Pires do Rio e Catalão. (IBGE, 2010). Em um histórico de decréscimo populacional, evidenciamos por meio de dados secundários o êxodo rural as mesorregiões do estado:

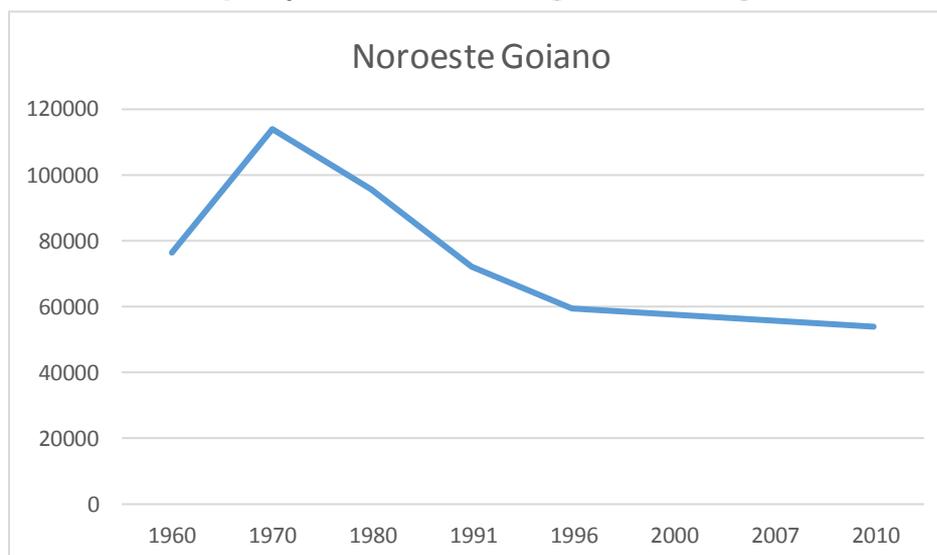
## MESORREGIÃO NOROESTE GOIANO

O noroeste goiano abarca 3 microrregiões, sendo elas: São Miguel do Araguaia, Aragarças e Rio Vermelho. Conforme o Gráfico 1, o ápice da população residente no campo na mesorregião

noroeste ocorre no ano de 1970 com 113.817 pessoas residindo no meio rural. Após esse período observa-se um decréscimo populacional, caracterizando um fluxo migratório do campo para as zonas urbanas para 54.018 pessoas, em 2010, totalizando 53,5% de queda habitacional.

Analisando as atividades econômicas existentes e observando as características da mesorregião, observa-se que em algumas cidades tinham atividades auríferas, remetendo ao período inicial da inserção populacional em Goiás. Outra atividade refere-se à pecuária, em que boa parte da mesorregião ainda carece de fomentos para transformar-se em terras férteis (SUESS & CARVALHO SOBRINHO, 2014).

**Gráfico 1: Goiás- População rural na mesorregião noroeste goiano (1960-2010)**

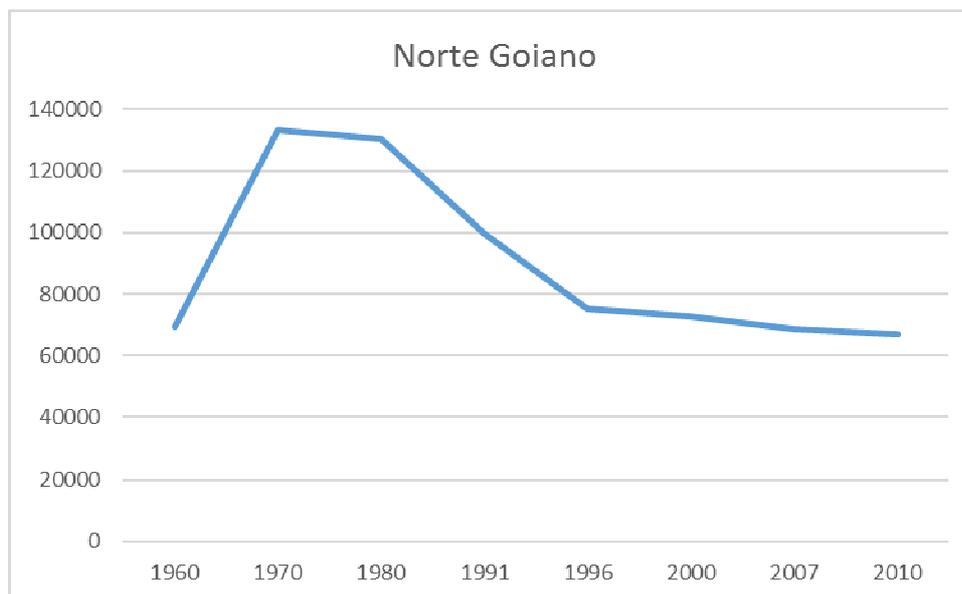


Fonte: IBGE.

## MESORREGIÃO NORTE GOIANO

A mesorregião do Norte Goiano compreende as microrregiões de Porangatu e Chapada dos Veadeiros. Com base no Gráfico 2, o pico populacional foi no ano de 1970 com 133.118 pessoas residindo no campo. Em 2010 são 66.910, evidenciando 50% de decréscimo no número de pessoas dessa mesorregião. O pouco desenvolvimento e o processo histórico de ocupação justificam tal fato que é paralelo à ausência de infraestrutura e incentivos políticos para essa porção do estado.

**Gráfico 2: Goiás - População rural na mesorregião Norte Goiano (1960-2010)**



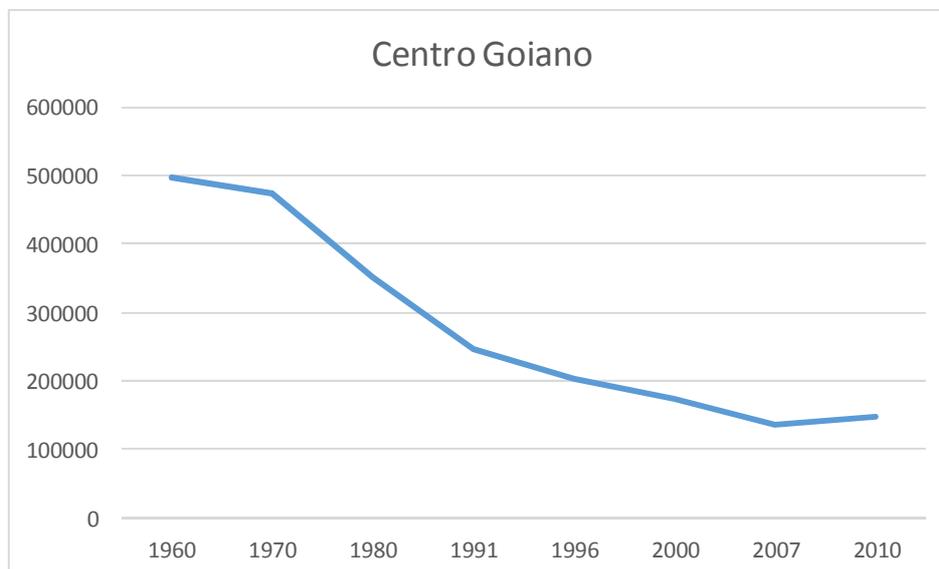
Fonte: IBGE.

Vale ressaltar ainda que as mesorregiões norte e noroeste goiano apresentam um menor desempenho econômico, evidenciando uma menor modernização das atividades agropecuárias.

### **MESORREGIÃO CENTRO GOIANO**

A Mesorregião Centro Goiano foi consolidada a partir da participação econômica do estado, remetendo a década de 30 que tinha como objetivo urbanizar o território goiano. O Centro Goiano foi alvo de transformações nas formas de produção, caracterizadas por buscar novas terras para a expansão da fronteira agrícola. As terras garantiam a produção por certo período de tempo, porém, com o desgaste do solo, os agricultores procuravam outras áreas para o cultivo. A forte necessidade da chegada da fronteira econômica induziu os agricultores a modernizarem-se, e isso modificou as formas de ocupação e de produção da terra. Esse processo de modernização impactou principalmente no campo. Queiroz (2010) destaca que o povoamento das microrregiões de Goiânia, Ceres e Anápolis, foi impulsionado pela construção das capitais Goiânia e Brasília, além dos vínculos com São Paulo que teve uma influência direta com a modernização da agricultura.

Devido às inovações químicas do uso de calcário e dos fertilizantes, essa mesorregião tornou-se importante no mercado de exportação agrícola do estado, com a soja se tornando uma das principais matérias-primas (SUESS & CARVALHO SOBRINHO, 2014).

**Gráfico 3: Goiás - População rural na mesorregião Centro Goiano (1960-2010)**

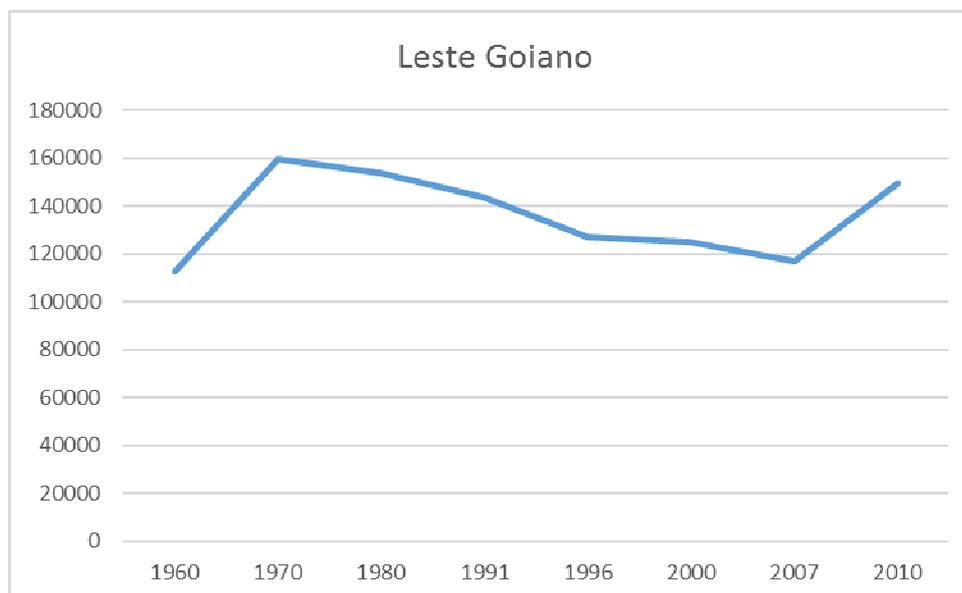
Fonte: IBGE.

A Mesorregião Centro Goiano é composta pela Microrregião de Anápolis, Goiânia, Anicuns, Ceres e Iporá. Essa Mesorregião apresenta uma polarização do crescimento econômico goiano decorrente de um maior recebimento de investimentos públicos. Além de possuir localização estratégica e instalação de agroindústrias. Todos esses fatores contribuem para diversificação de ofertas de empregos, estudo e saúde de melhor qualidade. Observa-se no Gráfico 3 que a população residente na zona rural, no ano de 1960, correspondia a 498.269 pessoas, declinando em 2010 para 148.509, representando queda de 70%. Pode – se afirmar que existe maior concentração de pessoas que saíram da zona rural para as cidades nessa mesorregião, evidenciando fortemente uma grande perda populacional.

### **MESORREGIÃO LESTE GOIANO**

A Mesorregião Leste Goiano é composta pelas microrregiões: Entorno de Brasília e Vão do Paranã. Com base no Gráfico 4, em 1970, a população rural era de 159.498 pessoas. No ano de 2007, o decréscimo em evidência foi de 116.803, ou seja, 27%. Nessa mesorregião, um adendo deve ser feito para o ano de 2010, em que se observa um aumento populacional de residentes nas zonas rurais. O fato pode ser justificado, também, pela falta de atração dos centros urbanos, considerando as peculiaridades negativas da região do entorno de Brasília e nos evidentes projetos de assentamento agrário existentes. Na década de 1960, houve a criação de rodovias federais e de Brasília no governo de Juscelino Kubitschek. Aliado ao processo de modernização da agricultura, o estado, por meio de políticas de financiamento, foi agente ativo no apontamento das localidades produtivas. As migrações, como fruto do capitalismo, representam uma mudança na dinâmica espacial e na força de trabalho.

**Gráfico 4: Goiás - População rural na mesorregião Leste Goiano (1960-2010)**



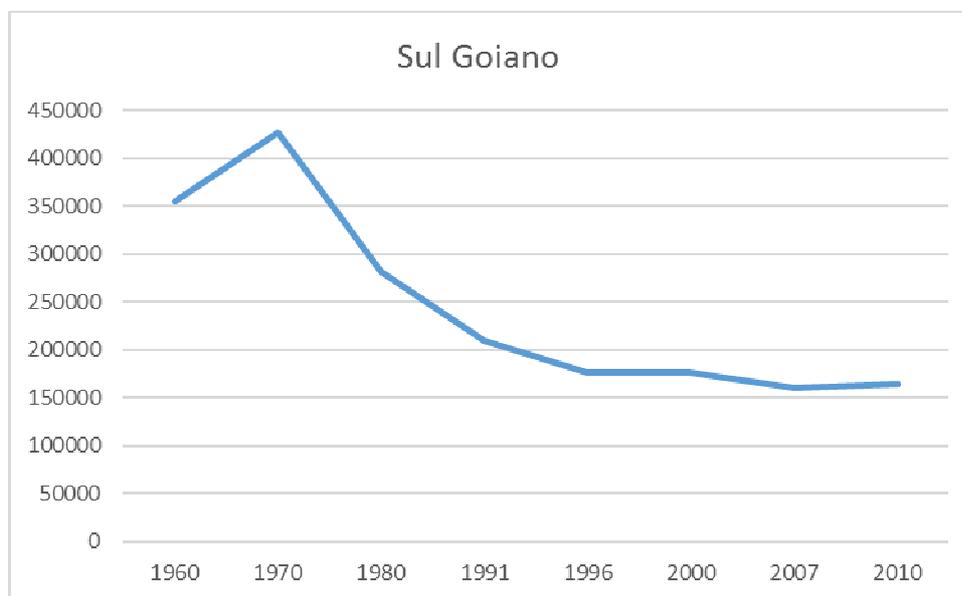
Fonte: IBGE

### MESORREGIÃO SUL GOIANO

A mesorregião Sul Goiano compreende as microrregiões do Vale do Rio dos Bois, Pires do Rio, Meia Ponte, Catalão e Quirinópolis. O êxodo rural intensificou-se devido ao processo de urbanização desordenado que atraiu para as cidades os mesmos problemas enfrentados pelos habitantes da zona rural, como a falta de educação, moradia e saneamento.

Essa mesorregião recebeu grandes investimentos por parte de vários governos, como vias de créditos, incentivos fiscais que beneficiaram grandes grupos econômicos e construção de infraestrutura (QUEIROZ, 2010).

Conforme o Gráfico 5, verifica-se decréscimo populacional a partir da década de 80 devido ao deslocamento da população para as cidades. O pico populacional foi em 1970, com 426.932 pessoas na zona rural, e em 2007, uma redução para 160.934, ou seja, 62% evidenciando a segunda maior porcentagem de êxodo em Goiás. A modernização agrícola impulsionou o êxodo rural, e a consequente busca por melhores condições de vida nos meios urbanos.

**Gráfico 5: Goiás - População rural na mesorregião Sul Goiano (1960-2010)**

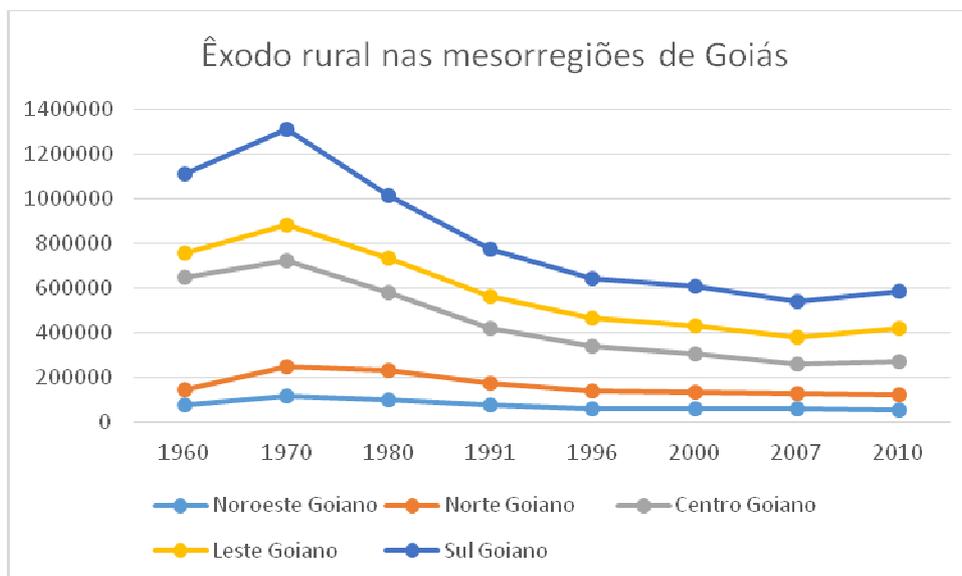
Fonte: IBGE.

Essa mesorregião é caracterizada pelo desenvolvimento da agricultura moderna, melhores solos e proximidade com os grandes centros do país que é base para explicação do deslocamento observado no Gráfico 5.

As mesorregiões mais desenvolvidas são do Centro Goiano, onde está localizada a região metropolitana de Goiânia e a mesorregião Leste goiano, em que se encontram a microrregião entorno de Brasília e o próprio Distrito Federal. A mesorregião com maior média de êxodo rural foi a Centro Goiano, com 278.969 pessoas por década. Isso pode ser evidenciado pela busca de grandes polos econômicos existentes em sua proximidade.

Segundo Queiroz (2010), os fluxos migratórios foram influenciados pela dinâmica econômica induzida pela presença do estado, que, em associação a grandes grupos privados e programas de colonização, ampliou as políticas voltadas para doação de lotes em áreas urbanas, ampliação da fronteira agrícola e programas assistenciais.

**Gráfico 6: Êxodo rural nas mesorregiões de Goiás**



Fonte: IBGE.

O Gráfico 6 demonstra as mesorregiões do estado e o êxodo rural de 1960 a 2010. As regiões Centro e Sul Goiano são as que mais apresentaram evidência de migração. A modernização e a evolução da agricultura goiana estão diretamente associadas ao desenvolvimento econômico, agrícola e rural do estado, e tal fato ressalta o desempenho dessas mesorregiões (Centro e Sul) que se inseriram no mercado internacional de produtos agrícolas, inserção essa comandada por grandes empresas agroindustriais (QUEIROZ, 2010).

O processo de industrialização da agricultura, urbanização e migração campo/cidade e cidade/cidade, propiciaram a formação dos centros metropolitanos de Goiânia e Brasília. Tal fato pode ser evidenciado com os complexos industriais da soja no Sudoeste Goiano, com a industrialização de Catalão no Sudeste Goiano, Anápolis no Centro, e Aparecida de Goiânia na Região Metropolitana de Goiânia, bem como a evolução dos setores terciários em Goiânia e Anápolis. Relevante destacar a importância de regiões como Iporá, Ceres, Rio Verde, dentre outras, com seus aglomerados urbanos. (OLIVEIRA et al., 2009). Por outro lado, as tecnologias informacionais ligam cidades pequenas, médias, e grades polos ao mercado global, negociam seus produtos e serviços sem a intermediação das demais cidades. Isso possibilita o fortalecimento das dimensões econômicas, políticas, produtivas e culturais e a consolidação das tradições festivas de cidades como Goiás, Pirenópolis e Trindade. (OLIVEIRA, et al., 2009).

Em Goiás, o fluxo migratório é acelerado e concentrado, o que permite dizer que há cidades pólos econômicos regionais. Porém, cabe relatar que a cada ano, essas cidades perdem habitantes para outros centros, ou seja, ele movimenta capital e pessoas que migram para as grandes regiões metropolitanas e intensificam o processo de desterritorialização e reterritorialização (HAESBAERT, 2004).

Todo o processo de modernização agrícola de Goiás trouxe consequências perversas como êxodo rural, impactos ambientais, falência de pequenos fazendeiros e desemprego de

trabalhadores rurais migrados para os grandes centros urbanos, concentração de renda e subordinação da agropecuária aos segmentos antes da porteira.

A falta de empregos no campo e a baixa remuneração do trabalho nas áreas rurais são fatores responsáveis pelas migrações inter-regionais das áreas de mais antigos povoamentos para as de expansão da fronteira agrícola (SZMRECSÁNYI, 1990).

Os programas de crédito agrícola, o fortalecimento da economia nacional e a ligeira melhoria na qualidade de vida no campo (energia elétrica, telefone, internet e educação) ajudaram a manter as famílias no campo. No entanto, a quantidade de pessoas no meio rural continua diminuindo. Tais melhorias se mostram longe do ideal, e os impactos na vida dos produtores rurais permanecem.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Nas décadas de 1940 e 1950, o estado tornou-se foco da migração do processo de marcha para o oeste. A implantação de indústrias, aberturas de estradas, projetos de colonização e o desenvolvimento regional são alguns dos fatores que influenciam a distribuição populacional em Goiás. A transição entre o rural e o urbano foi marcada pela construção de Goiânia, com a marcha para o oeste, e pela modernização da agricultura.

A economia do território Goiano nos anos de 1960 e 1970 era basicamente sustentada por dinâmicas agropecuárias, como a pecuária extensiva e a agricultura camponesa. A cidade não cumpria o seu papel substancial e nem remetia grande significância econômica, como apresentava o meio rural. A partir da década de 70, Goiás enfrentava uma frente migratória impulsionada pela modernização da agricultura que culminou na superpopulação dos centros urbanos. A mecanização e os investimentos de infraestrutura levaram Goiás a participar do apogeu econômico no período estudado. Em contrapartida, o homem do campo se viu obrigado a sair do meio rural pela inserção do processo modernizante. As composições agrárias foram se dissolvendo e levaram os camponeses a buscar novos meios de sobrevivência na cidade. Ressaltando que a modernização não ocorreu de forma homogênea nas mesorregiões, visto a disparidade de incentivos, as microrregiões Sul, Leste e Centro goiano foram as mais representativas no êxodo rural com suas formas de incentivos das fontes de financiamento, seus custeios na implantação das agroindústrias, as indústrias de base, e pela construção de Brasília.

Goiás passou por um processo dinâmico e de transformação estrutural com grande influência dos modelos de planejamentos que foram implantados durante seu processo de modernização, constituindo múltiplos territórios de diversas dimensões sócio espaciais.

É notório que o Êxodo rural provoca mudanças na sociedade. Em Goiás, suas consequências trouxeram problemas sociais que irão se perpetuar por muito tempo. As políticas governamentais devem estar atentas para o fortalecimento do campo em um sentido amplo e inclusivo, pois irá permitir a diminuição do inchaço das grandes cidades, garantirá a segurança alimentar da população e o fortalecimento da economia goiana.

## REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: Hucitec, ANPOCS e UNICAMP, 1992.
- AMSTALDEN, L.F.F. **Os custos sócio-ambientais da modernização agrícola brasileira**. São Paulo: IFC/UNICAMP, 1991.
- AMARAL, E. F. de L.; RODRIGUES, R. do N.; FÍGOLI, M. G. B. Síntese da migração em Goiás e no Distrito Federal nas últimas décadas. **SOCIEDADE CULTURA**. Volume 5, 2002.
- BEZERRA, L. M. C.; CLEPS JÚNIOR, J. O desenvolvimento agrícola da região Centro-Oeste e as transformações no espaço agrário do Estado de Goiás. **Caminhos de Geografia**. Jun. 2004. ISSN 1678-6343.
- CASTILHO, D. As transformações socioespaciais do território goiano nos períodos de 1930 e 1970. **Revista eletrônica Ateliê Geográfico**, 2010, UFG-IESA.
- DAVID, C.; CORRÊA, W. K. A política agrária e as transformações na agricultura brasileira - de 1960 aos dias atuais. **Geosul**, Florianópolis, v.17, n.33, p 23-43, jan./jun. 2002
- DELGADO, G. da C. **Capital Financeiro no Brasil**, São Paulo: Ícone, 1985.
- ESTEVAM, L. A. **O tempo da transformação: Estrutura e dinâmica na formação econômica de Goiás**. Tese de doutorado. Universidade Estadual de Campinas. 1997.
- FERREIRA, I. M.; MENDES, E. de P. P. A organização do espaço agrário em Goiás: povoamento e colonização (do século XVII ao XX). **XIX ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA**, São Paulo, 2009, pp. 1-27.
- FORTIN, M. **O processo de investigação: da concepção à realização**. 3ª edição. Loures, Lusociência, 2003.
- GONÇALVES NETO, W. **Estado e Agricultura no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 1997.
- GRAZIANO DA SILVA, J. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. 2ª Ed. São Paulo: 1998.
- HAESBAERT, R. **O Mito da Desterritorialização: do “fim dos territórios” multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- IBGE, **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/ppm/2013/default.shtm>. Acesso: 28 de junho de 2015.
- IMB, **Instituto Mauro Borges**. Disponível em: <http://www.seplan.go.gov.br/sepin/pub/mesomicrorregioesibge/2013/mesomicrorregioes2013.pdf>. Acesso: 28 de junho de 2015.

LIMA, T. C. S.; MIOTO, R. C. T. **Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica.** Rev. Katál., Florianópolis, v. 10 n. esp., p. 37-45, 2007.

MAIA, C. L. M. Lei de Terras de 1850 e a ocupação da fronteira: uma abordagem sobre a história da ocupação das terras em Goiás. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH.** São Paulo, 2011.

MENDONÇA, M. R.; THOMAZ JÚNIOR, A. A modernização da agricultura nas áreas de cerrado em Goiás (Brasil) e os impactos sobre o trabalho. **Investigaciones Geográficas, Boletín del Instituto de Geografía, UNAM,** Núm. 55, 2004, pp. 97-12

OLIVEIRA, A. F.; CHAVEIRO, E. F.; OLIVEIRA, U. F. Transformação em Goiás: capitalismo, modernização e novas disposições socioespaciais. **Caminhos da Geografia.** Uberlândia, v.10, n.32, dezembro, 2009.

PÁDUA, A. A. da S. de. **Migração, expansão demográfica e desenvolvimento econômico em Goiás.** 2008. 113 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Planejamento Territorial - Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2008.

PRADO JÚNIOR, C. **A Questão Agrária no Brasil.** São Paulo: Brasiliense, 1979.

QUEIROZ, G. J. de F. **Modernização agrícola e transformações socioespaciais em Goiás: desigualdades e concentração no desenvolvimento regional no período de 1930 a 2007.** 2010. 278 f. (Tese de doutorado na área de Geografia e gestão do território) – Universidade Federal de Uberlândia. 2010.

SEPLAN. Disponível em:

<http://www.seplan.go.gov.br/sepin/pub/anuario/2003/SITUACAOFISICA/tabela5.htm>. Acesso: 15 de julho de 2015.

SUESS, R. C.; CARVALHO SOBRINHO, H. de. Mesorregião do Noroeste Goiano: uma abordagem holística e suas múltiplas determinações. **Sociedade e Território,** Natal, v. 26, nº 1, p. 122 - 138, jan./jun. 2014.

TEIXEIRA, J. C. Modernização da agricultura no Brasil: impactos econômicos, sociais e ambientais. Disponível em: **Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros – Seção Três Lagoas** Três Lagoas-MS, V 2 – n.º 2 – ano 2, Setembro de 2005.